

Local: Plataforma EAD

Data: 03 a 04 de maio

Horário: 14:00 às 17:00

Programação preliminar:

Objetivo do curso:

Em que pese a sanção presidencial e consequente publicação do novo marco das licitações e contratos, os próximos 2 (dois) anos será marcado por um período de coexistência de leis, ou seja, tanto a Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos) quanto as Leis nº 8.666/1993 e 10.520/2002 (atual LLC e sua modalidade pregão) poderão ser utilizadas.

O fato é que a NLLC ainda carece de algumas regulamentações, sem mencionar o funcionamento do Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP) para alguns dos seus atos, o que pode inviabilizar sua correta utilização.

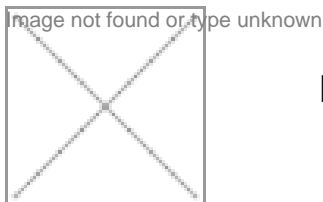
Seja qual a regência legal a ser observada pelo gestor público, o pregão será a modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento será de menor preço ou de maior desconto, não se aplicando às contratações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual e de obras e quase todos os serviços de engenharia.

Compete ressaltar ainda o Decreto nº 10.024/2019, cuja aplicação alcança pontualmente as licitações eletrônicas dos municípios.

Desta forma, o curso buscará formar pregoeiros no âmbito municipal, com o intuito de otimizar as atividades de compras e contratações sob a égide da Lei nº 10.520/2002 e da Lei nº 14.133/2021, garantindo assim a ética e transparência processual e, conseqüentemente, a segurança da contratação, numa linguagem fácil e prática.

A **CNM - Confederação Nacional de Municípios** e o **IPZ - Instituto Paulo Ziulkoski** trazem essa qualificação totalmente online.

Palestrante:



Daniel Almeida

Mestrando em Administração Pública pela Universidade Federal de Sergipe e pós-graduando em Educação à Distância 4.0 pela FAEL, é Administrador de Empresas graduado pela UCSAL, com metodologia de ensino superior pela ADESG/FABAC, especialista em Direito Público com ênfase em Licitações e Contratos pela FAEL e em Gestão Estratégica de Recursos Humanos pela UFRRJ.

Consultor e assessor técnico especializado em licitações e contratos, detém vasta experiência junto a Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, e ao Sistema 'S'; atualmente desenvolvendo as atribuições de Conselheiro Regional (quadriênio 2021-2024), Diretor de Fiscalização e Registro (biênio 2021-2022) e Pregoeiro do Conselho Regional de Administração de Sergipe (CRA/SE). Colaborador Permanente do Portal "Pregoeiro Digital" e dos periódicos SLC e SAM, articulista nas principais revistas nacionais de licitações e contratos – "Governet", "Negócios Públicos", "O Pregoeiro" e "JML" -, com artigos publicados pela Revista Jurídica "Jus Navigandi" e pelo TCE-PR, TCE-TO e TJDF. Co-autor em cartilhas de enfrentamento da covid-19 e do e-book Desmistificando o Procedimento de Pesquisa de Preços. Consultor, Professor e palestrante da Associação Nacional de Pregoeiros, Presidente de CPL, Membros e Equipes de Apoio - ANPPME (RO)

Conteúdo Programático:

1. Conhecimento sobre a modalidade Pregão

- legislação base
- conceito de pregão

- bens e serviços comuns
- vedação de utilização do pregão
- princípios do pregão
- Decreto Federal e a cópia fiel por estados e municípios

2. Fase Interna (Preparatória) do Pregão e o Decreto nº 10.024/2019

- alcance legal
- Plano Anual de Contratação – PAC
- Estudo Técnico Preliminar – ETP
- Termo de Referência – TR
- Tratamento diferenciado para ME/EPP
- Sistema de Registro de Preços
- Elaboração do edital
- Atribuições e responsabilidades
 - autoridade competente
 - pregoeiro
 - equipe de apoio
 - licitante

3. Operacionalização do Pregão Eletrônico, segundo o Decreto nº 10.024/2019

- Publicidade

- Esclarecimentos e impugnações
 - prazos
 - efeito vinculante
 - alteração do edital
- Cadastramento de propostas
 - inclusão prévia de propostas e da documentação de habilitação
- Abertura da sessão pública
- Fase competitiva
 - desconexão do sistema
 - modo de disputa aberto
 - modo de disputa aberto/fechado
- Julgamento das propostas
 - negociação das propostas
 - julgamento das propostas
- Realização de diligências e documentação complementar
- Recursos Administrativos
- Adjudicação
- Homologação
- Cadastro de Reserva (SRP)

4. Legislação acompanhante do pregoeiro eletrônico

- LC nº 123/2006, tratamento diferenciado nas Licitações e sua regulamentação
- Decreto Federal nº 7.892/2013 x Regulamentação Estadual/Municipal

5. Aplicação do Pregão Eletrônico, segundo a Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos)

Investimento:

Inscrições **GRATUITAS** para **servidores** de **Municípios filiados adimplentes à CNM** com o limite de até **3 inscrições**, a partir da **4ª**, investimento de **R\$ 90,00 por servidor**.

As vagas são limitadas, inscreva-se e garanta a sua!

O valor de inscrição para participante de **Município não filiado à CNM** ou **pessoa não vinculada a Município** será de **R\$ 190,00**.

Após a inscrição você receberá informações para pagamento da mesma.

Certificado:

Para emissão do certificado será preciso atingir a carga horária mínima de 75%.

Informações ou dúvidas? Contate-nos:

(51) 3407-4935 | (51) 3279-4823 - cursos@institutopz.com.br

Horário:

O evento será realizado no fuso horário de Brasília/DF.

Informações: (61) 2101-6655 ou atendimento@cnm.org.br